

PIRATARIA DIGITAL DE AUDIOVISUAIS NO BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Lourenço Kawakami Tristão¹
Sérgio Luís Boeira²

RESUMO

Com o advento da internet a pirataria digital de audiovisuais tem se tornado um problema cada vez mais relevante e ambíguo: por um lado, representa ameaça à indústria cinematográfica; por outro, a possibilidade de revolução do acesso ao conhecimento e à cultura. Entretanto, essa problemática tem sido tratada de maneira simplificadora. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi realizar um diálogo entre as representações sociais de grupos diretamente envolvidos com a pirataria no Brasil, denominados “piratas” e “antipiratas”, evidenciando como suas visões a respeito do problema se construíram por caminhos diferentes. O estudo adotou uma postura *bricoleur* para a coleta de dados, e a Teoria das Representações Sociais para a interpretação. Como resultados, apresentamos um quadro-síntese das representações sociais identificadas, e reflexões críticas a respeito das possibilidades de superação do conflito.

Palavras-Chave: Pirataria digital de audiovisuais; Cibercultura; Representações sociais.

PIRATERÍA AUDIOVISUAL DIGITAL EN BRASIL: UNA COMPARACIÓN ENTRE REPRESENTACIONES SOCIALES

RESUMEN

Con la llegada de internet, la piratería audiovisual digital se ha convertido en un problema cada vez más relevante y ambiguo: por un lado, representa una amenaza para la industria cinematográfica; por otro, la posibilidad de revolucionar el acceso al conocimiento y la cultura. Sin embargo, este problema se ha tratado de forma simplificada. Así, el objetivo de este estudio

¹ Doutorando em Administração pela UFSC. Mestre em Administração pela UFSC. Possui graduação em Administração pela UFSC (2017) e graduação em Cinema pela UFSC (2011). Contato: lourencotristao@gmail.com

² Doutor em ciências humanas pela UFSC. Professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Departamento de Ciências da Administração, no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA - mestrado e doutorado), e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (doutorado) da UFSC (PPGICH).

fue realizar un diálogo entre las representaciones sociales de dos grupos directamente involucrados con la piratería en Brasil, denominados como “piratas” y “antipiratas”, mostrando cómo sus puntos de vista sobre el problema se construyeron a lo largo de diferentes caminos. Se adoptó una postura *bricoleur* para la recolección de datos y la Teoría de las Representaciones Sociales para la interpretación. Como resultado, presentamos un cuadro-resumen de las representaciones sociales identificadas y reflexiones críticas sobre las posibilidades de superación del conflicto.

Palabras clave: Piratería digital de audiovisuales; Cibercultura; Representaciones sociales.

DIGITAL AUDIOVISUAL PIRACY IN BRAZIL: A COMPARISON BETWEEN SOCIAL REPRESENTATIONS

ABSTRACT

With the advent of the internet, digital audiovisual piracy has become an increasingly relevant and ambiguous problem: on the one hand, it represents a threat to the film industry; on the other, the possibility of revolutionizing access to knowledge and culture. However, this issue has been treated in a simplified way. Thus, the aim of this study was to carry out a dialogue between the social representations of two groups directly involved with piracy in Brazil, called “pirates” and “anti-pirates”, showing how their view on the problem were built along different paths. The study adopted a *bricoleur* approach for data collection, and the Theory of Social Representations for interpretation. As a result, we present a summary-table of the identified social representations, and critical reflections on the possibilities of overcoming the conflict.

Keywords: Digital piracy of audiovisuals; Cyberculture; Social representations.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, com o contínuo aprimoramento da informática e o avanço da internet de banda larga, a pirataria digital de audiovisuais passou a ser vista como um grande problema pela indústria cultural. Apesar disso, nem todos enxergaram as novas possibilidades de compartilhamentos que se abriram como um problema; para muitos as novas possibilidades foram compreendidas como uma promessa de revolução social, na qual informação e conhecimento não seriam mais recursos escassos, mas disponibilizados livremente para o bem comum.

Entretanto, nas pesquisas sobre a temática, essas diferentes formas de ver o compartilhamento de audiovisuais digitais não parecem estar sendo consideradas adequadamente. A partir de uma revisão de literatura que examinou os estudos mais

influentes sobre a temática (PEITZ; WAELBROECK, 2006; DEJEAN, 2009; SMITH; TELANG, 2009; MA *et al.*, 2014; LOWRY; ZHANG; WU, 2016), identificamos que as pesquisas sobre a pirataria digital de audiovisuais tendem a adotar *a priori* uma perspectiva criminalista, condenando a prática de forma generalizada, sem investigar as nuances que permeiam o problema.

Dessa forma, o objetivo desse estudo foi realizar um diálogo entre as representações sociais de grupos diretamente envolvidos com a pirataria no Brasil, denominados “piratas” e “antipiratas”, evidenciando como suas visões a respeito do problema se construíram por caminhos diferentes. Acreditando que com isso estaríamos oferecendo a oportunidade para que os grupos possam compreender melhor as experiências uns dos outros, e que esse exercício permitisse o surgimento de novas soluções para o problema, capazes dirimir os conflitos existentes.

Procuramos apresentar as representações sociais acompanhadas de uma descrição detalhada dos contextos e posicionamentos dos grupos, para que refletissem da forma mais fidedigna suas visões de mundo, consideradas nossas próprias limitações para realizar essa aproximação com o leitor. Isso não significa que os pesquisadores não possuem seus próprios posicionamentos sobre a questão, mas que procuraram conceder ao leitor a última palavra sobre os universos investigados.

Para tanto, dividimos a pesquisa no que denominamos “estágio 1” e “estágio 2”: o primeiro é descritivo dos contextos e posicionamentos dos grupos, enquanto o segundo é de articulação interpretativa das representações sociais – evidenciando o processo de construção do estudo. No geral, o artigo está estruturado com as seguintes seções: introdução, teoria das representações sociais (TRS), metodologia, estágio 1, estágio 2 e considerações finais.

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

De acordo com Farr (1995), a Teoria das Representações Sociais (TRS) se origina na Europa com a publicação de “*Psychanalyse: son image et son public*”, em 1961, estudo de Serge

Moscovici a respeito das representações sociais sobre a psicanálise, como uma vertente da psicologia social. A TRS se distinguia especialmente do ramo da psicologia social estadunidense, que tinha em Gordon Allport um de seus principais teóricos. A principal diferença entre a TRS e a psicologia social estadunidense, tendência que permanece até os dias atuais, residiria em uma maior aproximação da sociologia pela primeira, e da psicologia pela segunda.

Farr (1995) ressalta que a psicologia social que se torna predominante nos EUA é voltada para o estudo do indivíduo, marcadamente comportamentalista, e influenciada pela concepção positivista da ciência; enquanto a TRS procuraria transpor as barreiras entre o individual e o social, dialogicamente, adotando uma concepção mais construtivista.

Para o desenvolvimento do conceito de representações sociais, Moscovici teria sido influenciado pelo conceito de representações coletivas de Durkheim. Entretanto, as representações sociais diferenciar-se-iam em aspectos importantes das representações coletivas: em primeiro lugar, Durkheim considerava que os fatos sociais somente poderiam ser explicados por outros fatos sociais, realizando uma separação entre representações coletivas e individuais. Moscovici não realiza a separação indivíduo-sociedade, defendendo que essa tensão criativa entre esses dois polos é fundamental para a compreensão das representações sociais; em segundo lugar, as representações coletivas buscavam representações com um escopo mais amplo do que as representações sociais, ou seja, buscavam representações que fossem comuns a uma sociedade em sentido amplo. Para Moscovici as sociedades contemporâneas são muito mais complexas, marcadas pelo pluralismo e pela rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e sociais ocorrem (FARR, 1995). Seu enfoque enfatiza representações presentes em grupos dentro de uma sociedade, bem como as interações entre indivíduos, grupos, comunidades e sociedades.

Considerada essa breve contextualização das origens da TRS, é importante destacar alguns princípios teóricos que regem a construção das representações sociais:

- a) Sobre o papel das representações sociais como mediadores da realidade: a concepção positivista que diferencia o pensamento entre primitivo e científico não se sustenta. Para Moscovici (2007), toda visão de mundo é mediada imaginativamente, mesmo a dos cientistas, e, portanto, as fronteiras entre os pensamentos ditos primitivo

(mágico), e científico (racional), são muito mais nebulosas do que se supõe. Essa concepção é carregada de implicações para a sociologia da ciência, e também abala representações tomadas inquestionavelmente como “verdadeiras” por determinados grupos, evidenciando as relações de poder que permeiam as relações sociais;

- b) Sobre o papel das representações como mediadoras intersubjetivas para os grupos: Jovchelovicht (1995) afirma que as representações sociais são fruto da necessidade de mediações sociais em suas variadas formas. As representações sociais são estratégias desenvolvidas pelos atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade do mundo, um espaço de fabricação comum, em que cada sujeito vai além da sua individualidade para adentrar no domínio da vida comum, do espaço público, elas “não apenas surgem através de mediações sociais, mas tornam-se, elas próprias, mediações sociais” (JOVCHELOVICHT, 1995, p. 81);
- c) As representações sociais são construídas por meio de processos, de acordo com Moscovici (2007):
- i. De ancoragem: aproximando o estranho a uma categoria já conhecida (*e.g.*: como as pessoas associavam o processo de psicanálise ao da confissão religiosa). As pessoas procuravam ajustar o estranho ao que lhe parecia familiar, ao seu próprio sistema de categoriais, por meio de generalizações e particularizações, mesmo que o novo fenômeno não se enquadre perfeitamente às categorias pré-existentes. A ancoragem é um recurso heurístico facilitador da interpretação de características, da compreensão de intenções e motivos subjacentes à ação das pessoas, e da formação das opiniões;
 - ii. Objetivação: descobrindo qualidades icônicas de uma ideia ou de algo impreciso, para reduzir o fenômeno a conceitos imagináveis (como são as metáforas), que componham um núcleo figurativo, sinótico ou metafórico de uma sociedade, de um grupo, de uma interação intersubjetiva. Embora existam imagens/metáforas que não são permitidas nesse núcleo figurativo, como é o caso do tabu, desde que novas imagens sejam aceitas a sociedade sente facilidade de falar sobre essas imagens, e elas também são combinadas e recombinadas para falar de outras situações sociais não previstas

anteriormente. Em um segundo momento, essas imagens podem passar a existir de forma quase independente de suas ideias originais, e se tornam “quase físicas” (*e.g.*: ao afirmarmos que uma pessoa possui um complexo categorizamos como se o complexo fosse uma característica física da sua pessoa).

Esses constructos especiais, denominados de representações sociais, teriam o objetivo de transformar o não-familiar em familiar, conforme explica Moscovici:

O não-familiar atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso. Essa “exatidão relativa” incomoda e ameaça, como no caso de um robô que se comporta exatamente como uma criatura viva, embora não possua vida em si mesmo, repentinamente se torna um monstro Frankenstein, algo que ao mesmo tempo fascina e aterroriza. O medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado. [...] Isso se deve ao fato de que a ameaça de perder os marcos referenciais, de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua, é uma ameaça insuportável. E quando a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que “não é exatamente” como deveria ser, nós instintivamente a rejeitamos, porque ela ameaça a ordem estabelecida. (MOSCOVICI, 2007, p. 56)

Em suma, poderíamos dizer que as pessoas procuram ancorar novos fenômenos em outros já conhecidos, ou objetivá-los simbolicamente para que se tornem inteligíveis, imagináveis. Entretanto, uma vez que a sociedade é composta de diferentes grupos, é natural que as representações sociais originadas dos processos de objetivação e ancoragem resultem em visões de mundo substancialmente diferentes. Essas diferenças são capazes de gerar conflitos como o que se estabelece entre piratas e antipiratas. Ademais, as representações sociais são frutos de pensamentos construídos historicamente, fortemente enraizados nas concepções de mundo, de forma que, ao menos em parte, as representações sociais pertencem ao inconsciente dos agentes – o que torna o processo de autorreflexão mais árduo.

METODOLOGIA

Quando escolhemos a temática e a proposta para a nossa pesquisa, sabíamos que seria um trabalho desafiador, tanto no sentido prático em relação ao acesso ao universo dos grupos, quanto no sentido epistemológico-metodológico para justificar ao leitor nossos posicionamentos, e evidenciar o rigor de nossas escolhas.

A adoção das representações sociais como base teórica foi uma escolha que se demonstrou muito interessante, pois sua flexibilidade permitiu que ambos os grupos fossem examinados a partir de uma mesma teoria, tornando possível um diálogo mais consistente. Entretanto, para a coleta de dados, percebemos que seria necessária a adoção de uma postura *bricoleur* (DENZIN; LINCOLN, 2006; KICHELOE, 2005), devido às características particulares de cada grupo.

Conforme explica Kicheloe (2005), a adoção de uma postura *bricoleur* não significa a falta de rigor, ao contrário, o reconhecimento da complexidade dos fenômenos muitas vezes necessita de uma abordagem multidimensional. Essa concepção estava de acordo com o pressuposto de realizarmos uma pesquisa capaz de compreender o fenômeno da pirataria digital de audiovisuais de forma não reducionista, alinhada aos princípios de outra referência epistemológica dos autores, o pensamento complexo (MORIN, 1991).

Para Kicheloe (2005) adotar uma postura *bricoleur* seria abandonar um realismo ingênuo, em troca de uma autorreflexividade que procura posicionar os pesquisadores em uma rede de produção e interpretação de conhecimento. Soma-se a isso o reconhecimento de que o contato com um fenômeno de investigação quase sempre ocorre dentro de um contexto de incertezas, para os quais os métodos tradicionais nem sempre conseguem apresentar respostas adequadas. Dessa forma, a postura *bricoleur* pode ser considerada mais rigorosa, por não presumir que um fenômeno pode ser conformado monologicamente por um método específico, e que, ao contrário, deve ser o fenômeno, dentro do contexto no qual o problema e os pesquisadores estão inseridos, a apontar os caminhos mais adequados para sua própria investigação.

Portanto, quando nos deparamos com os grupos distintos, foi necessário compreender que cada grupo se organizava de formas diferentes em torno do fenômeno da pirataria digital, para então buscar as representações sociais a partir das especificidades dessas formas de organizar-se. Nossa investigação buscou as representações sociais dos piratas em estruturas organizadas de forma predominantemente informais (blogs, fóruns, redes sociais, etc.) e as representações sociais dos antipiratas em estruturas predominantemente formais (documentos oficiais, eventos públicos, etc). A justificativa se encontra no fato de que as próprias estruturas escolhidas estão carregadas de informações a respeito da natureza dos grupos, que se situam em diferentes esferas de poder dentro da sociedade. Por sua vez, a entrevista semiestruturada foi adotada para ambos os grupos, por ser uma estratégia flexível, capaz de dialogar adequadamente em contextos diferentes.

Nesse sentido, a síntese que apresentamos das estratégias utilizadas para coletar os dados, a seguir, reflete também as características particulares das formas pelas quais esses grupos se organizam socialmente:

- a) Para os piratas: Entrevistas semiestruturadas com *legenders*; entrevistas semiestruturadas com piratas; observação de blogs de pirataria; observação de um dos principais fóruns fechados de pirataria digital de audiovisuais;
- b) Para os antipiratas: Exame de documentos oficiais da CPI da Pirataria; exame de documentos oficiais do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP); exame de documentos de associações envolvidas no combate à pirataria; exame de registros audiovisuais de eventos voltados para debater o combate à pirataria; entrevistas semiestruturadas com integrantes do CNCP.

Sobre os entrevistados de cada grupo:

- a) Grupo dos piratas: foram realizadas entrevistas com 9 *legenders*, com idades entre 17 e 34 anos, homens e mulheres, majoritariamente com ensino superior incompleto, por e-mail, em uma abordagem semiestruturada; e, com 2 piratas, ambos com 32 anos,

com ensino superior completo, por áudios de WhatsApp, em uma abordagem semiestruturada;

- b) Grupo dos antipiratas: foram realizadas 2 entrevistas com membros do CNCP, um deles representante de associações de combate à pirataria, outro representante do poder público. As entrevistas foram realizadas por telefone, em uma abordagem semiestruturada.

Outro aspecto importante a ser destacado na metodologia da pesquisa diz respeito a interpretação dos dados coletados. Para a interpretação tomamos como ponto de partida a *espiral da contextualização* de Arruda (2005), adotada como uma das bases interpretativas da pesquisa:

Figura 01: Espiral da contextualização.



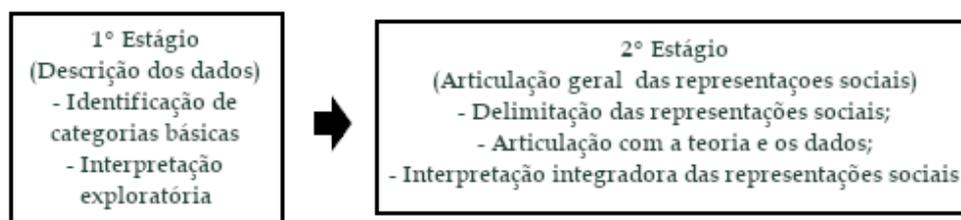
Fonte: Arruda (2005, p. 235)

A partir da espiral da contextualização compreendemos que as representações sociais são fruto das interações entre diversos aspectos: características do objeto e do universo no qual a investigação ocorre; contexto imediato; elementos culturais; histórias das ideias; e imaginário social. De acordo com Arruda (2005, p. 236), a leitura da espiral não deve ser feita de forma linear, o ideal seria considerar a figura como uma “mola”, cujas linhas se entrecruzam, sobrepõem-se, inclinam-se para um lado ou outro, dando pesos diferentes aos seus componentes. Portanto, existe também alguma assimetria na interpretação das representações sociais, pois se trata de uma construção emergente, na qual os diferentes aspectos influenciam com pesos diferentes cada representação social.

Consideradas essas características, procuramos encontrar durante a pesquisa formas de construir um diálogo entre as representações sociais dos grupos. A estratégia que pareceu ser mais interessante foi a de concentrar os esforços nos pontos de divergência, pois são sobre os conflitos que se torna possível compreender quais seriam os aspectos mais críticos da problemática.

O desenvolvimento das representações sociais foi feito a partir de sucessivas aproximações, entre dados coletados, teoria, e interpretação dos pesquisadores, conforme ilustra o quadro a seguir sobre o processo de construção das categorias que nos conduziram às representações sociais. Nossa construção foi menos estruturada do que a de Arruda (2005), adotando somente dois estágios: o primeiro descritivo dos contextos e posicionamentos dos grupos; e o segundo de articulação geral das representações sociais.

Figura 02: Processo de construção das representações sociais



Fonte: Adaptado de Arruda (2005, p. 251)

Os esforços de pesquisa resultaram em um quadro-síntese dialógico das representações sociais dos grupos examinados. As sínteses procuraram privilegiar os sentidos que as representações sociais assumem para cada grupo, assim como a clareza ao apresentar essas ideias aos leitores.

ESTÁGIO 1: CONTEXTOS E POSICIONAMENTOS DOS GRUPOS

De acordo com Arruda (2005, p. 232), apesar da abordagem etnográfica não ser a única forma de realizar um estudo com base na TRS, é necessário que os pesquisadores em alguma medida adotem um “olhar antropológico, compreendendo, por um lado, a produção do(s) grupo(s) como algo singular, e, por outro, compreendendo que a coleção de dados não é a representação social, que somente emerge a partir do olhar e interpretação por parte do pesquisador”. A partir dessa concepção de pesquisa, decidimos pela importância deste estágio descritivo, como forma de demonstrar a singularidade dos grupos investigados, procurando oferecer ao leitor uma noção do que foi o processo de imersão nesse universo.

Os piratas

Começamos nossa breve jornada descritiva com a incursão realizada ao universo da pirataria. Os dados dessa seção provêm principalmente de entrevistas, e da observação de um fórum de especial interesse do universo da pirataria. O leitor perceberá o esforço para manter alguma cronologia nesta etapa da pesquisa, dessa forma será possível vislumbrar como ocorreu nosso processo de investigação.

Primeiros contatos: *legenders*

Conseguir acesso ao universo pirata foi a primeira barreira a ser superada, tarefa que se revelou desafiadora pela natureza ilegal da atividade. O caminho que encontramos para iniciar uma aproximação foi por meio dos *legenders* (tradutores de legendas para audiovisuais piratas), que aceitaram conversar conosco por e-mail.

Os *legenders* normalmente trabalham em equipes, os mais envolvidos participam simultaneamente de vários grupos, e orgulham-se do prestígio que isso lhe confere entre seus pares. Os motivos declarados para o envolvimento com a tradução de legendas foram bastante similares: praticar inglês, participar de uma equipe, e a paixão pelos audiovisuais. Apesar de ser apenas uma diversão para a maioria, as tarefas são realizadas com comprometimento, conforme explica *Legender A* (2019): “para mim os grupos são como trabalho, você tem que fazer sua parte. [...] Apesar de ser um *hobby* temos prazos a cumprir e a responsabilidade de fazer um trabalho bem-feito”. O espírito que permeia as atividades lembra os desafios de gincana, nos quais diversas equipes competem entre si, buscando possuir mais audiovisuais sob sua responsabilidade, criar legendas melhores, e ganhar prestígio na comunidade pirata.

Quando se trata de pensar o quanto o processo de criação de legendas é positivo ou negativo para a sociedade e para eles próprios, as respostas são unânimes afirmando ser positivo. Além de melhorar seus conhecimentos do idioma inglês, defendem que suas legendas ajudam pessoas que não podem pagar pelos audiovisuais. Alguns reconhecem que pode existir algum prejuízo para a indústria, mas não consideram relevante:

Não pode existir lado negativo em produzir legendas para filmes/séries que não chegam aqui de forma legalizada. Existem também os grandes *blockbusters* que legendamos, ainda com exibição nos cinemas nacionais, isso eu entendo que pode ferir o grande bicho-papão da indústria do cinema. Mas é um ato de Davi contra Golias, no final das contas, não faz nem cócegas. Já as legendas para filmes que nunca chegam aqui de forma oficial, considero um ato heroico, muitas pessoas só têm acesso a esses conteúdos por nosso trabalho. Para meu lado pessoal, nunca me atrapalhou e sempre trouxe benefícios, amizades, pequenas conquistas virtuais que fazem bem para a autoestima de quem sofre com o estresse do dia a dia. Abrir o WhatsApp e tirar uma onda com seus colegas tradutores pode transformar um dia ruim em um dia ótimo (*Legender B*, 2019)

Os *legenders* acreditam que os motivos para as pessoas recorrerem à pirataria estão no alto preço dos audiovisuais quando comparados ao padrão de vida dos brasileiros, sendo a

pirataria uma forma de inserção em uma almejada esfera cultural global. As atividades são desempenhadas voluntariamente, e suas recompensas são imateriais, advindas do desejo de enfrentar os desafios do processo de tradução, na solidariedade e acolhimento que encontram nas equipes, e no prestígio de ter seus apelidos creditados ao final das legendas que ajudaram a criar.

Os piratas aceitam conversar

Paralelamente às conversas que realizávamos com os *legenders*, continuamos buscando caminhos para fazer contato direto com os piratas. Percorremos blogs, sites e redes sociais vinculadas ao compartilhamento ilegal de audiovisuais. Na maioria das vezes, as tentativas de contato não tiveram resposta, mas aos poucos fomos recebendo alguns retornos positivos, de piratas que estavam interessados em expor a sua visão a respeito da pirataria. Conseguimos realizar entrevistas com os piratas por meio do aplicativo WhatsApp, por meio de troca de áudios, em uma abordagem não estruturada. A seguir procuramos apresentar os principais posicionamentos identificados.

O primeiro entrevistado (Pirata A) mantém um blog de compartilhamento de audiovisuais alternativos, tem 32 anos, é formado em comunicação social. Seu blog foi criado em 2012, fruto de um desafio que criou para si mesmo – assistir 366 audiovisuais alternativos durante o período de um ano –, o blog seria uma forma de compartilhar o desafio com amigos, no qual o Pirata A disponibilizava os filmes que estava assistindo para *download*. O desafio foi sendo renovado anualmente, sempre com uma nova lista de filmes, e o interesse pelo blog se expandiu para além do seu círculo de amizades. Atualmente seu blog ainda está em atividade e recebe aproximadamente 30 mil visitas mensais.

Pirata A (2019) afirma que não considera estar fazendo nada de errado, pois não obtém nenhum tipo de remuneração com o blog; além disso, acredita que os audiovisuais postados em seu blog raramente chegariam ao circuito comercial nacional. De acordo com seu relato, no início, não possuía nem a noção plena de que estava realizando algo ilícito, e conta que até mesmo tentou entrevistar o diretor de um filme angolano, pensando em

incrementar as críticas que escrevia sobre os filmes, o que o levou a ser interpelado pela produtora com questionamentos sobre violação de direitos autorais. Conta que conseguiu contornar a situação, argumentando com a produtora, “olha este é um audiovisual que nunca chegou no Brasil, é um audiovisual que a tradução foi feita por voluntários, não existe uma cópia no circuito comercial, então essa é a única possibilidade de ser visto pelas pessoas”. A produtora acabou cedendo e permitindo que ele compartilhasse o audiovisual, entretanto, percebendo o risco de ser processado, decidiu “não tentar entrevistar mais ninguém, deixar quieto...”.

Pirata A (2019) minimiza os efeitos nocivos da pirataria para a indústria, “[...] eu acho que o próprio sistema vai se readaptando, a Netflix é um exemplo disso, uma das formas que a indústria tem para se readaptar, para continuar lucrando”, em seguida afirma “[...] não acho que esteja prejudicando o sistema, porque o sistema é muito maior que eu, e ele mesmo vai procurando formas de lucrar ou se reinventar sobre o que é inevitável [a pirataria]”. Pirata A (*ibid.*) acredita que os audiovisuais do seu blog fazem parte da construção de sua identidade, pois foi por meio deles que teve os primeiros contatos com outros idiomas, outras culturas. Os audiovisuais também seriam uma forma de aproximar as pessoas, gerando reflexões e diálogos. Pirata A (*ibid.*) acredita que o Brasil, por ser um país pobre, oferece pouco acesso à arte e à cultura, e, portanto, a pirataria teria potencial para gerar transformações sociais.

O segundo entrevistado (Pirata B) também é um blogueiro, tem 32 anos, atuou como professor de filosofia na rede pública estadual da cidade do Rio de Janeiro, durante 7 anos, e acabara de concluir um mestrado em educação. O motivo que o levou a criar seu blog foi uma certa desilusão com os filmes hollywoodianos. Apesar dos filmes sempre terem sido importantes em sua vida, afirma que em algum momento começou a acreditar que “não valia tanto a pena ir ao cinema, porque todo filme que você via de fato era igual, filmes de super-heróis, os romances, as comédias, parecia que a coisa era formatada, hoje eu entendo bem melhor, que é este o formato industrial do cinema” (PIRATA B, 2009). Dessa crise pessoal, surgiu o contato com os *torrents*, um sistema popular de compartilhamento de filmes piratas, aproximando-o de um novo universo de filmes alternativos. Entusiasmado, criou o blog para facilitar o acesso aos *torrents* para usuários que não possuíam familiaridade com a tecnologia.

Como professor de escola pública, Pirata B (2019) afirma que os *torrents* lhe deram acesso a filmes mais interessantes, capazes de fomentar reflexões maiores do que aquelas geradas pelos filmes estadunidenses. Outro acontecimento que lhe fez acreditar no valor da sua atividade foi a constatação de que grande parte dos usuários de seu blog eram idosos, que possuíam dificuldade para lidar com tecnologia. Com o tempo, ele havia se dedicado a simplificar os processos, de forma que os filmes compartilhados se tornassem acessíveis para o maior número de pessoas (em vez de compartilhar arquivos *torrent*, que exigem algum conhecimento de informática, Pirata B, começou a fazer ele mesmo o download dos filmes, disponibilizando em uma plataforma de *streaming*³, dessa forma, os usuários só precisavam clicar em um único link para assistir aos filmes).

Pirata B (2019) assumiu para si um papel de facilitador dos audiovisuais, para pessoas que classificou como “excluídos tecnológicos”, e conseqüentemente culturalmente excluídos. Ele defende que outros usuários tenham a mesma iniciativa, acredita que a indústria deixa de lado muitos espectadores que não se encaixam no perfil de consumidor desejado, e que os blogs para o compartilhamento de audiovisuais deveriam continuar existindo, mesmo que isso contrarie os interesses da indústria. Entretanto, ao final da entrevista, relativiza a crítica à indústria, ponderando que talvez sem os filmes comerciais também não existissem os filmes alternativos.

Entrando em Avalon

Durante os contatos com *legenders* e piratas, a referência à existência de fóruns fechados voltados para o compartilhamento de audiovisuais piratas foi bastante reveladora. Esta esfera mais obscura da pirataria não é destinada ao usuário comum, mas reservada somente para convidados. Um fórum específico (cujo nome nesta pesquisa foi substituído por Avalon) voltado para o compartilhamento de filmes alternativos, antigos, étnicos, documentários, etc., foi citado diversas vezes pelas pessoas com as quais conversamos durante a pesquisa. O fórum seria uma referência para muitos piratas, por ser uma

³ Sistema de transmissão audiovisual que não exige o *download* do arquivo para o computador, permitindo aos usuários assistir diretamente o audiovisual a partir de um site ou aplicativo (e.g. Youtube, Netflix, Amazon Prime, etc.)

comunidade muito ativa, contando com milhares de audiovisuais, além de ser um local de encontro e troca de ideias entre os piratas. Desta forma, conseguir acesso a esse fórum se tornou uma prioridade.

Por ser um fórum fechado, a única forma de conseguir acesso é ser convidado por algum membro. As primeiras tentativas de conseguir um convite foram junto aos próprios entrevistados na pesquisa, *legenders* e piratas. Entretanto, depois de algum tempo se tornou claro que esse seria um caminho muito difícil. Desta forma, recorreremos à nossa rede de contatos pessoais, contactando pessoas próximas à área de cinema, procurando alguém que fosse membro da comunidade. Após alguns meses finalmente um de nós conseguiu o acesso.

Devido à natureza das atividades realizadas no fórum, a postura adotada durante a observação foi a de *lurker* (FRAGOSO, 2012), na qual os pesquisadores permanecem ocultos. Somente os entrevistados e a pessoa que concedeu o convite souberam das razões das incursões. Como forma de não prejudicar a comunidade, os nomes foram substituídos por pseudônimos.

Essa seção apresenta uma síntese das principais incursões ao fórum. Cada incursão foi identificada pela data e o aspecto investigado, respeitando a ordem cronológica das incursões. Procurou-se realizar uma densa descrição do que foi observado no fórum, como forma de oferecer ao leitor a noção de comunidade que permeia, sustenta e cria sentido ao fórum.

06.09.2019 – Primeiras observações

Quando se acessa Avalon pela primeira vez, o impulso é o de explorar ao máximo as seções e conhecer os conteúdos ali disponíveis. A quantidade de esforços destinada ao fórum se destaca, são milhares de audiovisuais, resenhas, legendas, etc., além dos espaços destinados para interação livre entre usuários. Não se identifica nenhum mecanismo para cobrança, doação ou propaganda, que indicaria algum tipo de remuneração para os administradores do fórum.

Os audiovisuais disponibilizados não são os *blockbusters* que lotam as salas de cinemas, mas audiovisuais fora do circuito comercial convencional. São filmes antigos, documentários, ou ainda filmes de regiões que dificilmente chegam ao público brasileiro, como aqueles produzidos na África, Oriente Médio, Ásia, etc. Também existe um vasto acervo de filmes nacionais, que ironicamente são marginalizados pelo circuito comercial convencional.

O compartilhamento de audiovisuais, feito pelos próprios usuários, precisa estar de acordo com regras e padrões, estabelecidos de forma colaborativa pela comunidade. Todos os audiovisuais são avaliados pelos moderadores, e caso não se enquadrem são excluídos. As regras contemplam padrões técnicos para os formatos audiovisuais dos arquivos; critérios sobre quais audiovisuais não podem ser compartilhados, especialmente *blockbusters*; recomendações para a boa convivência; e os “cargos” que um usuário pode exercer no fórum, entre eles: projetores (os que *ripam*⁴ e compartilham os audiovisuais), tradutores (os que realizam a tradução e a criação de legendas); e agitadores (os que “agitam” o fórum, criando tópicos de conversa e interagindo com os demais usuários).

O fórum Avalon conta ainda com diversas seções livres, nas quais os usuários podem criar conteúdo diverso: “dossiês” a respeito de movimentos cinematográficos; compartilhamento de poesias; debates a respeito de questões políticas; etc. Dessa forma, após explorar as primeiras incursões, decidimos explorar as seções de forma livre, buscando identificar temáticas que pudessem nos revelar melhor a forma como os piratas veem o mundo e a sociedade, visando fortalecer nosso embasamento para a construção das representações sociais. A partir desse esforço exploratório, duas temáticas se destacaram: o engajamento político dos usuários, especialmente quando das tramitações da “Lei Azeredo”; e histórias contadas pelos usuários, que fazem parte do imaginário que permeia o universo pirata. Esses temas permitiram uma maior compreensão de como os piratas veem o combate à pirataria, e seu próprio papel nesse contexto.

⁴ Processo que transforma o audiovisual em um arquivo, a partir de uma mídia física, ou de algum canal de veiculação.

21.09.2019 *Engajamento político*

As políticas e ações públicas relacionadas com a pirataria são temas de interesse recorrentes pelos usuários do fórum. Entretanto, nenhuma ação teve tanta repercussão quanto o PLC (Projeto de Lei Complementar) 89/03, também conhecido por “Lei Azeredo”, que poderia ser tomado como um caso exemplar do posicionamento político dos usuários. O PLC 89/03 tinha por objetivo tipificar os crimes cibernéticos, sendo alvo de críticas por permitir a invasão da privacidade dos usuários, e por estipular penas extremamente rígidas para a pirataria (AZEVEDO, 2007; RIBEIRO, 2008; GONZAGA, 2012).

A partir das críticas dos usuários ao PLC 89/03 podemos identificar posicionamentos críticos dos piratas em relação à forma como o combate à pirataria tem sido tratado pelo Estado:

Chega a ser irônico, “vale lembrar que mais de 90% do conteúdo ‘pago’ da Internet provêm do exterior...” esse “controle” seria para proteger quem? Direitos autorais porque “supostamente” algumas pessoas baixam conteúdo ilegal? É interessante como ninguém faz um projeto de lei que nos proteja de políticos corruptos que diariamente aparecem na mídia, eu acho incrível como um país que tem tanta corrupção dos governantes, tantos problemas sociais, alguém pense em tal tipo de lei, qualquer cidadão, até mesmo os menos esclarecidos sabem as prioridades, revoltante! (PIRATA C, 2007)

[...] Somos anônimos para certas coisas, mas quando envolve interesses específicos do mercado querem todas as nossas informações. Repudio esse tipo de lei, esse tipo de controle orwelliano que nosso país, repleto de corrupção política, tenta, hipocritamente, instituir. “Remember, remember... The fifth of November”, se houver como resistir que exerçamos nossos direitos! (PIRATA D, 2007)

Para os usuários a pirataria é considerada um “não-problema”, principalmente quando são levados em consideração os persistentes problemas sociais brasileiros: assassinatos, roubo, corrupção, pobreza... Os usuários associam o combate à pirataria a interesses externos

ao país, especialmente dos países considerados centrais. Dessa forma, compreendem a pirataria como uma forma de resistência.

O fórum também foi utilizado para mobilizações contra o PLC 89/03, com petições e convocações para atos em diversos estados brasileiros. Algo recorrente nas justificativas dos usuários para se posicionarem contra o projeto de lei, era o medo do cerceamento da liberdade na internet, vista como um espaço para o exercício da liberdade, e não para um controle maior sobre as pessoas.

01.10.2019 Imaginário pirata

A pirataria possui um universo próprio, com histórias, mitos, e heróis que alimentam o imaginário do grupo. Destacamos uma das histórias que agitou a comunidade, por evidenciar de forma clara os valores defendidos pelos usuários do fórum: quando o *The Pirate Bay* (TPB), um dos maiores indexadores *torrent*, símbolo do movimento pirata, começou negociações para tornar-se um site comercial.

O TPB se tornou uma referência do universo pirata, seus fundadores são pioneiros do compartilhamento *torrent*, e as histórias de resistência e perseguição aos seus fundadores fazem parte do imaginário pirata. Entre as diversas polêmicas que cercam a história do TPB, podemos citar: as prisões e processos impetradas contra seus fundadores; as constantes mudanças de seus servidores de um país para outro, fugindo das autoridades; e a tentativa de criar um país independente em uma ilha, com leis favoráveis à pirataria. Para cada sucesso ou fracasso dos fundadores, eles foram aclamados como heróis da resistência do movimento pirata.

Entretanto, em 2009, a possibilidade de o TPB tornar-se uma empresa comercial, controlada pela *Global Gaming Factory X*, gerou revolta na comunidade. A frase que ecoava pelo universo pirata era “já morreu!”, significando que os valores do universo pirata haviam se perdido. Entretanto, houve entre os usuários vozes dissidentes, que não viam nada de errado na comercialização do site, conforme demonstra o debate entre dois usuários reproduzido a seguir:

Grande notícia! Não era de esperar que 4 guris com boas ideias passassem os próximos anos batalhando judicialmente contra as imensas organizações que controlam e cobram *copyright*, para que nós continuássemos aqui, faceiros da vida, baixando todo tipo de coisa gratuitamente. Talvez tenha sido uma atitude um pouco covarde, frente ao estardalhaço e escárnio que o TPB sempre demonstrou nessa questão, mas foi bastante sábia [...] (PIRATA E, 2009).

Eu não acho. Muitas outras pessoas entraram na briga, muita gente foi para as ruas durante o julgamento do pessoal do TPB e se mobilizou para eleger o Partido Pirata no parlamento europeu. O pessoal do TPB pediu a ajuda dessas pessoas para a causa deles e agora trata a coisa como um simples investimento comercial. Isso é coisa de gente gananciosa, sem princípios e irresponsável, não sábia [...] (PIRATA F, 2009).

Aqui te equivocas, apesar de indicar certa hipocrisia, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Eles levantaram a bandeira e lutaram ao lado de muitos, e essa luta vai continuar independente da venda do TPB. Basta ler com calma para entender... *We understand that you're upset. But **we have reasons to do this that we cannot ignore. We need to keep the site going and this is the only working alternative. [...] We've been fighting for years for you; and yes; you have supported us in that endeavour. We still need you, even if you abandon the site.*** [...] (PIRATA E, 2009, grifo do usuário)

[...] As palavras que você destacou são muito bonitas, mas a parte crucial está no parágrafo seguinte: *"And you can now not only share files, but **shares**⁵ with people. Everybody can indeed be the owner of The Pirate Bay now.* [...] Essas ações que eles querem que as pessoas comprem são na verdade da *Global Gaming Factory*, a empresa que comprou o site. Eles não têm controle sobre essa empresa, mas têm ações para vender. [...] (PIRATA F, 2009, grifo do usuário)

[...] agora vou dar um braço a torcer, esse último post parece anúncio de vendas da Polishop ou coisa pior [...] (PIRATA E, 2009)

A disputa entre os usuários durou quadro dias, encerrando-se quando o usuário que abriu a controvérsia cedeu aos argumentos dos demais, adequando-se ao posicionamento

⁵ A mensagem utiliza um trocadilho em inglês, aproximando a palavra *share*, compartilhar, com a palavra *shares*, ações de uma empresa.

majoritário da comunidade. Esse evento foi interessante para demonstrar dois pontos: em primeiro lugar, apesar de um ponto de vista majoritário presente em uma comunidade, sempre existem divergências, e isso significa que as representações sociais não devem ser compreendidas como pensamento homogêneo; em segundo lugar, verifica-se que existem processos específicos que levam ao alinhamento do pensamento de um grupo, no caso específico o debate de opiniões, mas cada comunidade pode ter seus próprios processos, mais ou menos coercitivos.

Os “antipiratas”

Os grupos dos piratas e dos antipiratas possuem diferenças significativas em relação às suas formas de atuação e organização. Enquanto os piratas atuam sozinhos ou em pequenas equipes, criando as cópias audiovisuais para compartilhamento, traduzindo legendas, gerando conteúdo informativo sobre os audiovisuais, e criando blogs, redes sociais, fóruns e sites para a divulgação desses materiais piratas; os antipiratas atuam em organizações formais, associações privadas, órgãos públicos, ou ainda como representantes eleitos. Fazem parte de núcleos nacionais e internacionais, capazes de influenciar a criação de legislações e políticas públicas. Essas diferenças se refletem nos tipos de dados coletados: enquanto para os piratas nossos dados foram coletados por meio de entrevistas e principalmente a observação de um grande fórum fechado de compartilhamento de materiais piratas, para os antipiratas os dados foram coletados predominantemente de documentos oficiais, registros audiovisuais de eventos de combate à pirataria, e entrevistas com autoridades. Começamos examinando os relatórios da CPI da Pirataria, e do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), em seguida examinamos registros audiovisuais de encontros para debater o combate à pirataria, e, por fim, entrevistamos dois membros do CNCP.

A CPI da Pirataria: o começo do combate estruturado à pirataria no Brasil

O combate à pirataria no Brasil começa a ganhar maior relevância institucional somente em 2004, com a CPI da Pirataria, iniciada possivelmente em consequência de pressões internacionais. Essa virada internacional em relação às políticas públicas de

combate à pirataria, de acordo com Menezes (2015), remete ao acordo *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS), firmado em 1994, entre os diversos acordos contemplados na Rodada Uruguai, que levou à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). O acordo TRIPS foi fruto de intensas articulações realizadas pelos países centrais, especialmente EUA, União Europeia e Japão, e tinha por objetivo exigir que os países membros da OMC adotassem padrões mínimos obrigatórios de proteção de propriedade intelectual.

O acordo TRIPS teria pressionado países periféricos a adotarem padrões de proteção intelectual considerados elevados, reduzindo seus *policy space*. Subjacente ao acordo internacional, ameaças de sanções econômicas aos países que se recusassem a adotar as medidas deixaram pouca margem de manobra aos países considerados em desenvolvimento. No caso brasileiro, a ameaça de exclusão do *Generalized System of Preference* (GSP) estadunidense parece ter sido um dos aspectos em jogo. A exclusão do GSP estadunidense normalmente é uma sanção destinada a violações mais graves, destinada aos países alinhados ao terrorismo, o que demonstra o quão importante era para os EUA que os países em desenvolvimento implementassem essas políticas. Essa preocupação fica evidente em mensagem vazada pelo site *Wikileaks*, entre o embaixador estadunidense no Brasil, Clifford Sobel, e o secretário de Estado dos EUA, Thomas Shannon:

Uma reivindicação comum, por exemplo, foi o desejo do Brasil de permanecer no GSP, uma vez que o Congresso dos EUA discute a renovação do seu *status*. Após avançarem no combate à pirataria nos últimos 18 meses, sob a ameaça do governo estadunidense revogar o *status* do país no GSP, os brasileiros agora acreditam que seria injusto se fossem expulsos do programa por fatores não relacionados. Estou preocupado que, se nós procedermos nesta direção, isso poderia jogar uma sombra sobre o crescente diálogo positivo que estamos construindo, e jogar o país nas mãos da extrema esquerda local. Nós precisamos manter a flexibilidade nisto, uma vez que o GSP pode ser uma ferramenta poderosa no futuro. [...] (SOBEL, 2006)

A abertura da CPI da Pirataria, em 2004, pode ser considerada como parte dos esforços brasileiros para atender às exigências do acordo TRIPS, e escapar das sanções que

poderiam levar à sua exclusão do GSP. Essas questões parecem ser centrais para entender por que o combate à pirataria foi enquadrado em um contexto de crimes muito mais graves:

Um relatório produzido pela IFPI [Federação Internacional da Indústria Fonográfica] afirma que a pirataria está ligada ao crime organizado e até a grupos terroristas. O grau de aprimoramento técnico dos piratas, tanto na fabricação quanto na logística de distribuição das mercadorias falsificadas, vem comprovar esse envolvimento (CPI DA PIRATARIA, 2004, p. 117).

A pirataria é contextualizada como um crime de alta periculosidade, o que justificaria a ampliação das estruturas de repressão. Entretanto, esse disfarce oculta a verdadeira questão, que é a defesa do interesse econômico dos países centrais. Embora seja legítima, tal defesa precisaria ser adequadamente contextualizada. A CPI da Pirataria também leva à criação imediata do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), entidade representativa máxima dessa campanha no Brasil, cujos relatórios examinaremos a seguir.

Os relatórios do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP)

A criação do CNCP ocorre em outubro de 2004, quatro meses após o encerramento da CPI da Pirataria. A agilidade com a qual as recomendações da CPI da Pirataria levaram à implementação do conselho reforça a ideia de um *mise-en-scène* conduzindo as ações à época. Entre pressões internacionais, alegações de associação ao crime organizado e ao terrorismo, e interesses comerciais obscuros, o Brasil procura adequar-se aos padrões mundiais de proteção da propriedade intelectual.

O CNCP é definido como um órgão público de inteligência, voltado para a articulação e implementação de políticas públicas de combate à pirataria, definida como uma atividade relacionada “ao crime organizado, à sonegação fiscal, à lavagem de dinheiro e à evasão de divisas”. O conselho contaria ainda com a “colaboração de representantes da sociedade civil organizada de diversos setores”, e suas diretrizes principais seriam “a contenção da oferta, por meio de medidas repressivas, e a contenção da demanda, por meio de medidas educativas e econômicas” (BRASIL, 2019).

Entretanto, ao examinar-se a composição do conselho, verifica-se que as associações privadas participantes são exclusivamente entidades que representam os interesses da grande indústria. A falta de representatividade no conselho de entidades capazes de debater a pirataria a partir de uma perspectiva mais ampla, que considere também questões como o acesso à informação e ao conhecimento, e seus impactos sociais, demonstra a predominância de preocupações comerciais sobre os demais aspectos sociais.

A partir das diretrizes do CNCP também é possível compreender um pouco mais sobre como os antipiratas veem seu papel institucional. Os antipiratas assumiriam para si uma dupla função: de um lado a repressão das atividades ilícitas; e, de outro, a educação dos cidadãos para os valores da legalidade. O que, para Sezneva (2019), representaria a imposição de um modelo de cidadão global obediente, baseado nos interesses dos países centrais.

Essas concepções são reforçadas quando examinamos os relatórios do CNCP (2005; 2006; 2006b; 2009; 2011). A partir dos relatórios, foi possível verificar que o CNCP (2005, p. 42) dividiu suas iniciativas de combate à pirataria em quatro eixos de ação: “educacional”, “repressivo”, “econômico” e “institucional”. A partir do relatório CNCP (2006b) o eixo institucional deixa de existir. É importante destacar a falta de novos relatórios, que tornam as atividades da entidade menos transparentes.

Os relatórios do CNCP ajudam a desvelar gradativamente a visão de mundo compartilhada pelo grupo antipirata. A partir das suas diretrizes, do detalhamento dos objetivos, de seus eixos de atuação, das atitudes assumidas frente às pressões internacionais, assim como das ausências (falta do contraditório), podemos identificar que em suas concepções prevalecem as ideias que associam os piratas aos crimes de alta periculosidade, e o papel dos agentes e do Estado como reformadores de uma cultura da transgressão.

Faz-se necessária ainda uma última observação específica sobre o eixo institucional, que passa a ser suprimido dos relatórios a partir de 2006. De acordo com Giacchetta e Aranha (2005, p.1), um plano preliminar de combate à pirataria criado pelo CNCP propunha a alteração da legislação com o objetivo de que fossem implementadas as bases necessárias para “a desnecessidade da anuência do autor da obra intelectual (vítima da contrafação) para o ajuizamento de ação nos casos de crimes cometidos através da rede mundial de

computadores (Internet)”. Apesar da alteração ter sido suprimida na proposta final do plano do CNCP, a proposta demonstra a urgência de uma maior representatividade cidadã no conselho, para que se evitem ações unilaterais como essa, capazes de cercear as liberdades individuais.

Eventos OAB/RJ: debatendo o combate à pirataria

Os grupos de combate à pirataria também se reúnem em fóruns, congressos e seminários para debater medidas de repressão. Tais eventos contam com a participação de representantes de diversos setores interessados na temática, como a indústria, as associações, entidades de classe, além de juízes e desembargadores convidados, que contribuem com uma perspectiva jurídica sobre as questões debatidas. No Brasil, a OAB/RJ é uma das entidades promotoras desses eventos, disponibilizando registros audiovisuais desses encontros.

Os registros audiovisuais são uma fonte rica para compreender as representações sociais do grupo, pois permitem observar ações mais espontâneas do que nos documentos e relatórios oficiais, marcados pela formalidade. Ademais, permite o acesso à perspectiva de agentes importantes da indústria, como dos representantes da MPAA (*Motion Pictures Association of América*), associação de maior representatividade na defesa dos interesses dos maiores estúdios cinematográficos dos EUA; e também dos representantes da Rede Globo, a maior produtora de conteúdo nacional. Destacamos a seguir alguns trechos dos eventos, fundamentais para compreender a perspectiva desses agentes.

Facilitar a persecução criminal dos piratas por meio de mudanças na legislação é um tema especialmente importante para a MPAA, que considera os processos legais no Brasil muito morosos, favoráveis às contravenções. Em evento da OAB/RJ (2017), Ygor Valério, representante da MPAA no Brasil, esclarece os principais objetivos da associação em relação ao país. Para Valério o sistema atual para retirar *sites* piratas da internet, denominado *notice and takedown*, é ineficiente. Valério defende que o sistema *notice and takedown* seja substituído por um sistema de bloqueio de *sites* – o representante explica as diferenças das abordagens:

[...] no *notice and takedown* o que o titular faz é enviar uma carta, uma notificação, para o provedor que hospeda o conteúdo, e diante desta notificação, com sorte, o provedor vai lá e apaga este conteúdo do servidor. No bloqueio de site, imagine um *site* que tenha sido bloqueado no Brasil, este *site* continua existindo em outros países, ele continua sendo acessível em países nos quais o bloqueio não foi implementado [...]. Enquanto o *notice and takedown* é uma ferramenta na qual o titular conversa com o provedor de aplicação, o provedor que hospeda o conteúdo; o bloqueio é uma medida que se opera no âmbito do provedor de conexão, então são as teles, então é uma ordem judicial para que as teles impeçam que seus clientes acessem o *thepiratebay.org*. De forma que se a Telefônica, por exemplo, implementar este bloqueio, eu que sou cliente da Telefônica ao tentar entrar no *site* do *piratebay* não consigo. Aquele *site* se encontra bloqueado no provedor da Telefônica [...]. (VALÉRIO, 2017, 35 min.)

A medida defendida pela MPAA é no mínimo temerária, colocando em risco liberdades individuais, assemelhando-se à censura da internet adotada por governos autoritários. De acordo com Valério (2017b) esse projeto já se encontra bastante avançado, tramitando por meio da PL5204/2016, que tem por objetivo alterar a Lei nº 12.965 permitindo o bloqueio de sites.

Para o representante da Rede Globo, Gustavo Surerus, a questão mais importante estaria no desenvolvimento de tecnologias mais avançadas, como robôs capazes de identificar automaticamente conteúdos piratas e solicitar a derrubada do conteúdo:

Quando a gente não tem um *fingerprint* ou uma forma de trabalhar com robôs, o trabalho é manual mesmo, identificando e mapeando a maior parte dos sites, muitas vezes a gente consegue o robô para fazer a identificação do site que está transmitindo nosso sinal, mas a gente não consegue o robô para derrubar, mas pelo menos o robô conseguindo achar o site, a gente consegue jogar em uma base de dados, e manualmente a gente procura as formas de derrubar, de retirar o conteúdo do ar, ou, no mínimo, pelo menos retirar das buscas do Google. Porque pirata adora aparecer, se também não estiver na primeira página do Google, ele também se desinteressa, então a gente tenta caçá-los nas buscas do Google, tenta caçá-los no Facebook, de forma a não dar publicidade, todos os piratas ganham dinheiro com publicidade, quanto maior o volume de pessoas no site, mais ele acaba monetizando, e mais ele acaba recebendo,

então se a gente não conseguir tirar eles, ou derrubar eles do ar, a gente consegue de alguma forma diminuir a influência dele. (SURERUS, 2018, 1h16min.)

Apesar de Surerus afirmar que toda pirataria visa o lucro, o que justificaria a implementação de tecnologias de vigilância mais intensivas na internet, essa é uma premissa incorreta, pois, como procuramos evidenciar, grande parte da pirataria é totalmente aversa a qualquer tipo de interesse monetário. Entretanto, implementadas as tecnologias de vigilância, todo compartilhamento de informações seria igualmente afetado.

Os posicionamentos apresentados pelos representantes ajudam a compreender como os antipiratas veem a problemática, especialmente em relação ao que esperam das instituições nacionais (como o poder legislativo), e a concepção de como o espaço da internet deveria ser regulado.

Entrevistas com membros do CNCP (Conselho Nacional de Combate à Pirataria)

O CNCP é a principal entidade representativa no combate à pirataria atualmente em funcionamento no Brasil, ademais reúne entre seus membros representantes tanto do poder público quanto de associações privadas. Desta forma, entrevistamos dois membros titulares do conselho, um representante do poder público e outro de uma associação privada, buscando compreender melhor as percepções desses agentes em relação ao combate à pirataria.

O primeiro entrevistado (Antipirata X) representa ao menos duas importantes associações que atuam no combate à pirataria. Realiza esse trabalho há mais de 10 anos, e antes da atuação no combate à pirataria teve uma extensa carreira à frente de associações industriais e comerciais, e passagens por cargos públicos estaduais e federais. O representante explica a forma como enxerga a pirataria, e as razões pelas quais ela deve ser combatida:

O pirata, quem se apropria de forma ilícita de títulos de filmes de músicas para *streamings* ilegais, ele não investe nada. Ele só vende o que deu certo, ou seja, o filme que não deu certo o estúdio assume o prejuízo, então você tem várias produções feitas anualmente, algumas realmente têm um volume importante de recursos, de bilheteria, mas têm muitos produtos que não alcançam este nível de sucesso. O pirata

só copia o sucesso, ele não vai atrás do que deu errado, ele só vai viabilizar a pirataria daquilo que atrai o público, *blockbusters*, só que no portfólio de produção você tem os *blockbusters* que sustentam a indústria, e iniciativas que não dão os mesmos resultados, muitas vezes dão prejuízos. Aí vem a primeira perversão, o pirata faz cópia daquilo que dá certo, aquilo que está vendendo mais, aquilo que o público procura, e as pessoas não enxergam que por trás disso existem produções que não atingem essa rentabilidade, mas que o estúdio teve que bancar com o custo. Isto é um processo que pode contaminar toda a indústria. (ANTIPIRATA X, 2019, 9 min.)

Os argumentos de Antipirata X estão centrados nas questões comerciais, para ele os audiovisuais são produtos, frutos dos investimentos e dos riscos assumidos pelos detentores dos direitos autorais; e os piratas seriam pessoas que furtariam produtos com grande potencial comercial, roubando parte dessa lucratividade. A pirataria não afetaria somente a indústria internacional, os produtores nacionais também seriam prejudicados. O Antipirata X relembra o caso do filme *Tropa de Elite* (2007), que teve sua cópia vazada em sites *torrent* antes do lançamento nos cinemas. Apesar do sucesso de bilheteria, o Antipirata X afirma que o ocorrido levou o diretor José Padilha a criar toda uma rede logística para proteger o lançamento do segundo filme da franquia, incorrendo em gastos adicionais para garantir a proteção contra a pirataria.

Para o Antipirata X, mesmo no caso de audiovisuais alternativos e raros, que não chegam aos circuitos comerciais legais, ou que passaram pelo circuito comercial, mas não estão mais disponíveis, a pirataria não é justificável.

A lei é esta, você pode até discutir estes prazos [da vigência dos direitos autorais] por força de lei, mas a lei está aí. Eu não posso justificar o crime dizendo que com isto eu estou ajudando alguém, não está ajudando, não é por aí. Claramente se você não defende ética e lei, o país não existe, não existe país desenvolvido que não atenda princípios éticos e legais, isto é notório. Pegando os países com maior IDH você verá que também são os países que têm o mais alto respeito à ética e à legalidade, isto é segurança jurídica. O pirata não está fazendo isto por amor à pátria, amor aos bons princípios, ele está fazendo para ganhar dinheiro. Ele vem com um discurso muito bonito, por isto eu falo de ideologia, “vou permitir o acesso à cultura”. Existem meios legais, legítimos, sociais de acesso à cultura, nunca com base no crime, é inaceitável a

prática criminosa para você justificar qualquer atitude humana. Pergunta para o pirata “então você está fazendo isto por amor à cultura?” Duvido, ele está fazendo por dinheiro, é assim que ele ganha dinheiro fácil, ele não investe nada, ele está sugando a criação, a inovação, e o investimento que outro fez, é um discurso vazio. (ANTIPIRATA X, 2019, 24 min.)

O posicionamento do Antipirata X vai ao encontro da ideia de que para o desenvolvimento de um país é necessário o *rule of law*, mesmo que existam problemas no sistema social, a violação das leis nunca seria justificável. Entretanto, o Antipirata X reconhece que a indústria consolidada pode exercer certa resistência em relação às inovações jurídicas e tecnológicas, mas para ele essa resistência seria temporária, uma vez que os modelos inovadores acabariam inevitavelmente superando essas resistências.

O segundo entrevistado (Antipirata Y) é um representante do poder público no conselho, ele foi escolhido para a vaga por ter desenvolvido diversas atividades anteriores relacionadas à defesa da propriedade intelectual, atuando também em consultorias, e lecionando disciplina correlata na área do direito.

Ao apresentar sua perspectiva sobre o combate à pirataria, o Antipirata Y realiza uma distinção do que considera pirataria de fato, e *fair use*. Embora os relatórios do CNCP não façam essa distinção, o Antipirata Y defende que a pirataria seria o ato com intuito de lucro, e *fair use* seria o uso de material protegido sem o pagamento de *royalties* com fins educativos. Neste sentido, o Antipirata Y defende o combate à pirataria com intuito de lucro, por acreditar que ela gera grandes prejuízos econômicos e sociais, desestimulando a produção e a inovação.

O Antipirata Y concorda que o tempo de proteção de direitos autorais é excessivo, e que os termos da lei também são muito restritivos, sendo necessário revisar essas legislações, ampliando o escopo dos casos considerados como *fair use*. Entretanto, acredita que esses assuntos devem ser tratados de forma separada, e não serem debatidos no mesmo âmbito do combate à pirataria.

Sobre a polêmica proposta de alterar a legislação brasileira para “a desnecessidade de anuência do autor da obra intelectual (vítima da contrafação) para o ajuizamento de ação nos casos de crimes cometidos através da rede mundial de computadores (Internet)” (GIACCHETTA; ARANHA, 2005), o representante explica seu posicionamento:

Acho que é polêmico, porque hoje, se não me engano, a ação é pública condicionada à representação do autor, pois estamos falando de um direito de caráter patrimonial do autor. O direito autoral é presumido. Para que o autor abra mão do direito autoral, ele precisa falar expressamente sobre isto. Mas atualmente nós temos diversos modelos de negócios distintos; então, dependendo do seu modelo de negócio, pode ser interessante você cobrar sobre qualquer distribuição do seu conteúdo, sobre qualquer transformação deste conteúdo, mas muitas vezes para novos autores o melhor é o maior número de distribuições possíveis, seja um show, ou uma palestra. Então o autor pode querer que este conteúdo seja distribuído o máximo possível, mesmo que ele não saiba que seu conteúdo está sendo distribuído. Quando você tira a possibilidade do autor se manifestar se quer ou não ajuizar uma ação penal, você pode estar no final das contas prejudicando o autor, que vive de um outro tipo de modelo de negócio, que seja baseado na maior distribuição possível para que o autor fique famoso, e viva de palestras, de shows, ou de outro tipo de mercado. Hoje com a internet nós temos vários modelos de negócios diferentes, e nós não podemos formatar a lei para proteger somente aquele tipo de negócio que tínhamos antes da internet. Quando você coloca a ação pública incondicionada, você pode prejudicar diversos autores que vivem de modelos diferentes de negócios. (ANTIPIRATA Y, 2019, 13 min.)

O Antipirata Y defende a aproximação entre a iniciativa privada e o poder público. Acredita que esse diálogo é importante para que os empresários possam apontar os problemas que enfrentam, e, dessa forma, criar melhores políticas públicas. Também não acredita existir falta de representatividade no CNCP, defendendo que as reuniões do conselho são democráticas, e que diversos setores da sociedade têm voz para expor seus pontos de vista.

ESTÁGIO 2: ARTICULAÇÃO GERAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Nesse estágio, procuramos apresentar a articulação geral das representações sociais identificadas. Com base nas descrições dos dados apresentados no estágio anterior, identificamos categorias principais, e relacionamos os dados descritos às teorias e aos contextos imediatos. Faz-se necessário destacar que, apesar da separação didática em estágio

de descrição e de articulação, a interpretação geradora das representações sociais permeia todos os estágios da pesquisa:

A interpretação acontece ao longo da pesquisa, na leitura de cada etapa (observação, entrevistas, tabelas, etc.) e do conjunto dos resultados obtidos, à qual se misturam elementos colaterais que contribuem para explicar o significado do que foi encontrado, à luz do/s referencial/is escolhido/s (ARRUDA, 2005, p. 230)

Dessa forma, esse estágio deve ser compreendido como fruto de um percurso que, desde os primeiros contatos até as imersões finais nos universos investigados, foi gerando as condições necessárias para que os pesquisadores pudessem articular as representações sociais.

As categorias que deram origem às representações sociais emergiram a partir dos próprios dados, entretanto, alguns critérios ajudaram nesse processo de delimitação: a relevância da categoria para o problema da pesquisa; a simultaneidade da categoria para os grupos; sua capacidade de revelar os principais pontos de conflito entre os grupos. Quatro categorias foram selecionadas: piratas, antipiratas, audiovisuais e internet. Para cada uma das categorias duas representações sociais foram desenvolvidas, uma para o grupo pirata e outra para o grupo antipirataria – conforme apresentaremos nas subseções a seguir.

Representações sociais sobre os piratas

Compreender como os grupos representam uns aos outros parece ser um aspecto central para a pesquisa. A disputa em torno da pirataria não ocorre sem que os grupos se imaginem simbolicamente. Cada grupo compreende simbolicamente seus papéis no mundo, e também os papéis dos que lhe são antagônicos. Trata-se de uma forma de orientar suas ações, de justificá-las, de manter sua coesão. Dessa forma, nessa subseção e na próxima, buscamos identificar como ocorrem essas significações.

- a) *Cibercinéfilos (piratas)*: Consideramos o conceito de cibercinéfilos de Ferreira (2010) para designar a forma como os piratas veem a si mesmos. Cibercinéfilos

seriam usuários que consideram os audiovisuais como parte fundamental da construção de suas identidades, que se recusam a aceitar o consumo passivo imposto pelo circuito comercial, e que para garantir sua liberdade de exercer um consumo autoral podem recorrer a pirataria. Dessa forma, os piratas se consideram como participantes de um movimento de resistência às imposições comerciais, a partir da desobediência civil, em defesa do acesso ao conhecimento e à cultura. Os piratas acreditam que as leis de direitos autorais são injustas, e não acreditam que estão errados quando compartilham audiovisuais que já não estão mais disponíveis nos circuitos comerciais, ou que nunca chegaram aos países ditos periféricos.

- b) *Criminosos (antipiratas)*: O legalismo parece ser a concepção dominante no universo dos antipiratas. Dessa forma, independente de justificativas que possam embasar as ações dos piratas, para o grupo dos antipiratas, ao infringirem as leis os piratas se tornam criminosos. Para os antipiratas a insatisfação com dispositivos legais só pode ser legitimamente confrontada a partir da reivindicação pela alteração das leis que possam estar incorretas, mas nunca com a infração delas. A pirataria de audiovisuais também é associada a outros tipos de ilícitos, como o crime organizado nacional e internacional, incluindo o narcotráfico e o terrorismo.

Algumas considerações a respeito das representações sociais identificadas nessa subseção: em primeiro lugar, a representação social dos piratas, sobre eles mesmos, refere-se ao grupo específico delimitado para a pesquisa, ou seja, aqueles que atuam no compartilhamento de audiovisuais sem fins lucrativos. Portanto, é necessário considerar que existem piratas que defendem uma concepção mais radical de livre acesso à informação, rejeitando qualquer tipo de propriedade intelectual; em segundo lugar, ao mesmo tempo em que existem piratas que visam o lucro, a representação dos antipiratas, sobre os piratas, parece exagerar os aspectos negativos da atividade ilícita, possivelmente para ganhar a opinião pública. Grande parte da pirataria (possivelmente a maior parte) é realizada por jovens que se engajam em atividades de forma voluntária, sem nenhum tipo de remuneração.

As representações dos grupos são interpretações da realidade social, que nem sempre correspondem às evidências factuais. Conforme sustenta Arruda (2005, p. 231), a TRS lida com “as maneiras como os grupos dão sentido ao real, elaborando-o e explicando-o para si mesmos, para se comunicarem e funcionarem cotidianamente”. Dessa forma, mesmo que algumas representações sociais se encontrem aparentemente em desacordo com evidências factuais, é necessário compreender que as representações sociais possuem sua lógica própria, pois elas são a forma pela qual os grupos dão coerência aos seus universos, e coordenam suas ações.

Representações sociais sobre o grupo antipirataria

De forma recíproca à categoria anterior, procuramos compreender como os grupos veem os antipiratas, para oferecer uma perspectiva mais abrangente das interrelações entre as representações sociais dos grupos.

- a) *Intermediários da indústria (piratas)*: Os piratas veem os antipiratas como representantes dos interesses da indústria cultural. Não se trata de um antagonista claro, em alguns momentos são associados à ação política do Estado, em outros com as associações que combatem a pirataria. Entretanto, adjacente ao antagonismo difuso, estaria a indústria cinematográfica, manipulando as forças sociais em prol de seus interesses. Os piratas também consideram que as estratégias da indústria nem sempre são éticas, ao contrário, guiam-se exclusivamente em busca de aumentar sua lucratividade, impondo audiovisuais massificados, e precificações inadequadas para a realidade dos países periféricos;
- b) *Defensores da legalidade (antipiratas)*: A representação predominante dos antipiratas, sobre eles mesmos, relaciona-se com a defesa da legalidade, e a necessidade de fazer valer para o Estado brasileiro a segurança jurídica e o bom ambiente de negócios. Essa representação assemelhar-se-ia com a noção de *rule of law*. Os antipiratas consideram o Estado brasileiro tolerante com as transgressões, e assumem para si o papel social de contribuir para o fortalecimento das instituições que combatem as ilegalidades.

Ademais, acreditam que suas ações ajudam o país como um todo, pois ao fortalecerem as instituições estariam melhorando as oportunidades para o desenvolvimento de novos negócios, gerando empregos, aumentando a arrecadação de impostos, e tornando o Estado mais capaz de realizar projetos de desenvolvimento social.

Não é uma tarefa fácil separar os interesses da indústria cinematográfica das ações de combate à pirataria e, ao mesmo tempo, reduzir a questão do combate à pirataria à ganância da indústria cultural seria uma concepção reducionista. Os direitos autorais permitem aos criadores garantir alguma renda a partir de seu trabalho intelectual, e, por isso, são necessários. Entretanto, o formato atual da proteção intelectual acaba deixando a maior parte dos lucros nas mãos dos grandes capitalistas do entretenimento, e não dos criadores. Além disso, os direitos autorais são utilizados como moeda em estratégias nem sempre éticas, que prejudicam criadores, consumidores, e a própria inovação do setor. Dessa forma, fica clara a necessidade de revisões nas legislações de direitos autorais, capaz de revitalizar seus objetivos originais. Cabe também à indústria cultural reformular seus próprios processos e estratégias comerciais, antecipando-se às mudanças legais, e criando organizações mais socialmente justas.

Outra observação importante diz respeito ao conceito de *rule of law*, ou Estado de direito, que permeia o imaginário do grupo antipirataria. De acordo com Habermas (2002), o Estado de direito não se reduz ao direito positivo (coercitivo); relaciona-se também com a democracia, a legitimidade das leis, e a garantia dos direitos dos cidadãos em sentido amplo. Dessa forma, a concepção de Estado de direito não pode ser reduzida à obediência às leis, é necessário que elas sejam socialmente justas, e que as pessoas possam exercer sua cidadania, o que inclui o acesso ao conhecimento e à informação.

Representações sociais sobre o audiovisual

A maneira como os grupos veem os audiovisuais afeta diretamente seus posicionamentos e motivações quanto à pirataria. Nesse sentido, foi possível verificar que existem diferenças fundamentais nas representações dos grupos, relacionadas com a forma

pela qual eles se relacionam com os audiovisuais. De um lado, temos cibercinéfilos, consumidores que desejam fazer um consumo autoral dos audiovisuais, mesmo que para isso precisem recorrer à ilegalidade; de outro, defensores da legalidade, profissionais envolvidos com o combate à pirataria, determinados a fazer valer as leis. Essas visões distintas de mundo geram representações sociais que orientam as ações dos grupos para caminhos antagônicos, conforme procuramos delimitar a seguir:

- a) *Artefatos culturais-dádivas (piratas)*: para o grupo dos piratas os audiovisuais possuem um forte valor artístico-cultural. O interesse do grupo não se restringe ao entretenimento que um audiovisual pode proporcionar, mas ao conhecimento, à fruição artística e cultural, advinda do contato com o produto audiovisual de diversas nações, épocas ou escolas cinematográficas. A importância dos audiovisuais também reside no próprio ato de compartilhar. Para os piratas o compartilhamento dos audiovisuais, a troca de comentários sobre a obra, o *status* que adquirem na comunidade, constituem parte fundamental da experiência. O conceito de “dádiva” (MAUSS, 2003) parece ser muito adequado nesse caso. A dádiva seria uma forma de realizar trocas típicas das sociedades pré-industriais, nas quais as trocas não possuíam necessariamente valor comercial, eram ações simbólicas que visavam fortalecer os vínculos comunitários. Embora esse comportamento tenha sido predominante nas sociedades pré-industriais, defende-se que “a lógica mercantil não substitui as antigas formas de constituição de vínculos e alianças entre os seres humanos [...] tais formas continuam presentes nas sociedades modernas” (MARTINS, 2005, p. 46). O compartilhamento de audiovisuais pelos piratas poderia ser compreendido de forma semelhante ao processo de emprestar um livro, emprestar um filme, etc., como ocorria antes da expansão digital, uma forma de fortalecimento dos vínculos sociais;
- b) *Bens de consumo (antipiratas)*: A representação social do grupo antipiratas remete a um universo diferente, é um universo industrial-profissional, cujas visões de mundo se confundem com a própria história da poderosa indústria cinematográfica estadunidense. Não se pode negar que a “história das ideias”

(ARRUDA, 2005), que permeia a representação desse grupo, relaciona-se com a história dessa indústria. Historicamente duas ideias se destacam: a primeira ideia de produto em si, que remete ao processo de industrialização cinematográfica, integrando os audiovisuais estadunidenses no processo de produção serial (STAIGER, 1985); a segunda ideia seria a bem-sucedida utilização dos direitos de propriedade intelectual como estratégia comercial para expansão do mercado cinematográfico estadunidense, que remete aos primórdios dessa indústria com Thomas Edison e a MPPC (*Motion Pictures Patent Company*) (ALLEN, 1976; BALIO, 1976). Essas histórias permeiam a forma como o grupo antipirataria compreende os audiovisuais, sendo constantemente reforçadas por pressões internacionais, tanto dos países centrais, quanto de associações influentes como a MPAA.

Interpretar representações sociais não é uma questão de tentar estabelecer se uma representação social é “correta” ou “incorreta”, mas buscar compreender como esses sistemas de ideias se consolidam, e quais papéis desempenham, por exemplo, na coordenação das ações dos grupos. Quando conseguimos interpretá-las adequadamente, elas podem se tornam fonte para autorreflexão por parte dos grupos e da sociedade em geral, permitindo uma melhor compreensão de si mesmos e dos outros.

Dessa forma, faz-se necessário reconhecer a ambiguidade que reside nos audiovisuais: ao mesmo tempo em que são produtos, são bens que guardam um patrimônio artístico-cultural humano. Compreender essa ambiguidade não dissolve a contradição que se impõe. Entretanto, nos ajuda a delimitar o problema, que consiste em descobrir como criar sistemas capazes de conciliar essas duas características de forma justa.

Representações sociais sobre a internet

A última categoria examinada foi a internet, sua importância reside no fato de ser o espaço que modificou a forma de compartilhamento de informações e conhecimento na sociedade contemporânea, colocando a pirataria digital de audiovisuais em evidência. O potencial transformador da internet se torna um espaço de disputa entre os grupos, por parte

dos piratas, um caminho para uma revolução cultural; por parte dos antipiratas, um novo espaço para expansão do mercado, que demanda controle e regulação.

- a) *Ethos hacker (piratas)*: A representação dos piratas a respeito da internet parece estar associada ao universo mais amplo da cultura *hacker*⁶, trazendo lembranças do movimento de resistência ao *software* proprietário, na década de 1980, do qual derivou o movimento *software* livre. A cultura *hacker* é parte fundamental da cibercultura, da qual os piratas também fazem parte. O imaginário dos piratas é permeado por essa ideologia, que defende a internet como um espaço potencialmente revolucionário para a nossa civilização, que, aliada aos avanços da informática em sentido amplo, permitiria a replicação do conhecimento quase sem custos, e seu compartilhado instantâneo para qualquer lugar do mundo. A representação social que os piratas possuem da internet faz parte desse um universo compartilhado, do livre acesso à informação e ao conhecimento, como livros, *softwares*, música, audiovisuais, etc. Compartilhado também por iniciativas como o Movimento *Software* Livre, a *Creative Commons*, a Wikipédia, entre outros;
- b) *Mercado emergente (antipiratas)*: A internet é compreendida como um espaço com grandes oportunidades para novos negócios. A preocupação central do grupo é uma maior regulação da internet, por meio de legislações mais duras, e pelo desenvolvimento de tecnologias capazes de realizar um monitoramento intensivo desse espaço. Além de garantir a proteção de suas receitas atuais, os antipiratas também pensam no futuro da exploração na internet, que só poderá ser concretizado se o *status quo* desfrutado pela indústria cultural puder ser garantido também no espaço virtual.

A internet, aliada aos demais avanços da informática, tem transformado nossa sociedade, e, apesar de tudo o que ela já nos ofereceu, estamos ainda nos primórdios de suas

⁶ O termo *hacker* muitas vezes é erroneamente utilizado para referir-se a pessoas que utilizam seus conhecimentos de informática para cometerem crimes digitais, entretanto, o termo correto para esses agentes maliciosos seria *cracker*. O significado do termo *hacker* diz respeito a pessoas que possuem grandes habilidades para criar e modificar softwares e hardwares de computadores.

potencialidades. O ciberespaço pode oferecer muito à nossa sociedade, mas é necessário a intensificação do debate público, pois as contribuições do ciberespaço podem ser negativas ou positivas.

As representações sociais dos grupos poderiam ser consideradas antagônicas, mas somente se considerarmos que a internet precisa ser uma coisa ou outra, um espaço totalmente livre de regras ou um espaço que reproduz exatamente as mesmas regras do mundo *offline*.

Não podemos desconsiderar a pressão que o mercado tem exercido sobre o ciberespaço, pois estaríamos perdendo a chance de delimitar a esfera mercadológica (GUERREIRO RAMOS, 1989) no ciberespaço, permitindo uma melhor coexistência com outras esferas sociais. A inovação social no ciberespaço poderia até mesmo servir de exemplo, retroagindo sobre o mundo *offline*.

As representações sociais dos grupos a respeito da internet têm implicações para além dos interesses que circundam o objeto imediato dessa pesquisa. Elas estão inseridas dentro do contexto da cibercultura, de uma ideologia que procura revolucionar a sociedade humana, criando uma cidadania transnacional (SEZNEVA, 2019), na qual pessoas das mais diversas nações podem compartilhar cultura e conhecimento, de forma muito mais acessível e democrática.

Quadro 01: Aproximação entre as representações sociais da pirataria entre os piratas e o grupo antipirataria

	Piratas	Antipirataria
Piratas	<i>Cibercinéfilos:</i> os audiovisuais são parte fundamental da construção da identidade dos piratas. Eles acreditam fazer parte de um movimento de resistência ao cinema comercial, defendendo a liberdade de realizar um consumo autoral, independente das imposições dos circuitos comerciais. A pirataria muitas vezes é o único caminho que encontram para alcançar esses objetivos.	<i>Criminosos:</i> A pirataria é associada ao crime organizado nacional e internacional, incluindo o narcotráfico e o terrorismo. Além de causar prejuízos comerciais, os piratas seriam um grande perigo para a sociedade, justificando-se a aplicação de legislações e políticas de combate à pirataria mais severas.

Antipiratas	<i>Intermediários da indústria:</i> os antipiratas são um grupo difuso composto por pessoas envolvidas com o meio político e associações que representam a indústria cinematográfica. O que interliga essas pessoas são os interesses comerciais-industriais que permeiam o universo do audiovisual.	<i>Defensores da legalidade:</i> o grupo acredita que o Brasil é uma nação tolerante com as transgressões. Estariam cumprindo um papel de transformação social, ao defenderem o <i>rule of law</i> . Sua atuação contribuiria para a sociedade como um todo pois, ao defenderem a legalidade, estariam melhorando a segurança jurídica e o ambiente de negócios, criando mais oportunidades comerciais, que por meio de impostos poderiam ser revertidos em mais recursos para o desenvolvimento social.
Audiovisual	<i>Artefatos culturais-dádivas:</i> os audiovisuais são mais do que bens de consumo. Eles permitem contato com outras culturas, de diferentes regiões e diferentes épocas. O compartilhamento desses audiovisuais não é motivado por questões econômicas, mas uma forma de pertencimento à comunidade, e de fortalecimento de vínculos sociais.	<i>Bens de consumo:</i> os audiovisuais são produtos, essa é uma concepção enraizada na própria história da indústria cinematográfica, que remete à industrialização do cinema estadunidense e à utilização dos direitos de propriedade intelectual como estratégia comercial
Internet	<i>Ethos hacker:</i> as representações sociais dos piratas a respeito da internet fazem parte de um universo cultural maior, permeada pela cultura <i>hacker</i> , e lembram o movimento de resistência ao <i>software</i> proprietário, que culminou no movimento <i>software</i> livre. Compreendem a internet como um espaço de revolução social, no que diz respeito ao acesso à cultura e ao conhecimento.	<i>Mercado emergente:</i> a internet é um espaço com grandes possibilidades para novas explorações comerciais. Entretanto, esse espaço é pouco regulado, de forma que seria necessário o fortalecimento das legislações de controle sobre a internet, e o desenvolvimento de tecnologias de monitoramento, para garantir que os direitos de propriedade intelectual da indústria fossem garantidos.

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pirataria é um problema que se apresenta para a maioria das pessoas como autoevidente: por tratar-se de um ilícito, a repressão quase sempre surge como o caminho

para “solucionar” o problema. Esse posicionamento não parece ser adequado, especialmente entre pesquisadores, cujo ofício exige colocar a reflexividade em espaço privilegiado.

Foi com isso em mente que traçamos o objetivo desse estudo: realizar um diálogo entre as representações sociais de grupos diretamente envolvidos com a pirataria no Brasil, denominados “piratas” e “antipiratas”, evidenciando como suas visões a respeito do problema se construíram por caminhos diferentes.

De acordo com Moscovici (2007), as representações sociais estão presentes em quaisquer grupos sociais, caracterizando-se por transformar o não-familiar em familiar, por meio de processos de ancoragem e objetivação, tornando possível a comunicação e fortalecendo os vínculos sociais. As representações sociais não são simples racionalizações sobre a realidade, elas são orientadoras da ação e da organização social. Além disso, uma vez que grupos diferentes possuem representações sociais distintas sobre um mesmo objeto, os conflitos sociais podem emergir e retroalimentar-se. Acreditamos que, ao oferecer aos grupos estudados a oportunidade de compartilhamento das suas formas simbólicas, estaríamos contribuindo para o diálogo, a empatia e a busca de soluções alternativas à repressão.

Este estudo procurou elucidar como as representações sociais dos grupos foram construídas por caminhos diferentes, e como essas diferentes formas de ver os audiovisuais, a internet, e uns aos outros, podem ser fontes dos conflitos que cercam a pirataria digital de audiovisuais. Ademais, evidenciou que nem sempre as representações sociais estão factualmente enraizadas.

Com base no que foi identificado no estudo, elencamos algumas sugestões que podem ajudar a mitigar o conflito entre os grupos:

- a) Para ambos os grupos: faz-se necessário reconhecer que parte das críticas destinadas uns aos outros tomam por base parâmetros irrealistas ou injustos. Pelo lado dos piratas, a rejeição à propriedade intelectual de forma irrestrita é um posicionamento que, ao menos dentro do sistema econômico contemporâneo, tornaria grande parte das atividades da indústria cultural inviáveis; pelo lado dos

antipiratas, a vinculação dos piratas à criminalidade de alta periculosidade cria um falso cenário, que encobre as motivações comerciais do combate à pirataria, pois, conforme procuramos evidenciar, grande parte da pirataria é fruto da atividade de pessoas comuns, em busca de mais acesso à informação e ao conhecimento;

- b) Reformulação da legislação de proteção da propriedade intelectual: seria necessário revisitar os princípios que levaram à criação das primeiras leis de propriedade intelectual, que tinham por objetivo proteger os direitos dos criadores, por um tempo limitado, incentivando a inovação. Atualmente as leis de direitos autorais se desviaram muito desses objetivos, servindo aos interesses da indústria, tornando os criadores uma classe explorada, e restringindo o acesso das pessoas aos bens artísticos-culturais;
- c) Novas estratégias e modelos organizacionais: a reformulação da legislação é um processo de longo prazo, que depende de uma mobilização internacional. Entretanto, nada impede que a indústria cultural se antecipe às reformas legais, e crie novas estratégias e modelos organizacionais, oferecendo acordos mais justos aos criadores, e ampliando o acesso dos cidadãos à informação e ao conhecimento. A respeito desse último aspecto, as detentoras de direitos de audiovisuais poderiam disponibilizar o acervo que já não está mais nos circuitos comerciais, permitindo que as pessoas possam usufruir desse patrimônio artístico-cultural humano.

Os desafios para essas transformações são grandes, reconhecemos que não é suficiente que os grupos consigam compreender com maior clareza as representações sociais uns dos outros, são necessárias mudanças institucionais, locais e globais, que dependem da mudança de uma mentalidade competitiva e individualista que predomina no mundo atualmente. Para os países periféricos, como é o caso do Brasil e tantos outros, existe ainda o desafio de reagir às pressões exercidas pelos países centrais. Reconhecer a existência dessas pressões e a disparidade de poderes não deveria resultar em resignação e subordinação. Os países ditos

periféricos precisam manter o diálogo com os países centrais, defendendo democraticamente políticas globais mais adequadas às necessidades locais de cada país.

Sobre as limitações deste estudo, acreditamos que elas residem na delimitação do objeto à pirataria digital de audiovisuais, pois se trata do exame focado em um único tipo de pirataria, dentre muitos outros, cada qual com suas especificidades. Dessa forma, estudos sobre outros tipos de violação de propriedades intelectuais poderiam agregar conteúdo às apresentadas nesse estudo, permitindo proposições para modificações institucionais e organizacionais mais abrangentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou reconstruir a teia decisória tecida tanto pelos gestores políticos, quanto pelos gestores das diferentes modalidades de capital, no Brasil, num período que abarcou desde a fase expansiva do ciclo econômico (2004-2008) até a fase declinante, que culminou na crise de 2015. O que vimos, portanto, foi algo muito próximo àquilo que já se consolidava como um padrão decisório dos gestores do capital no Brasil: 1) gestores do capital produtivo investindo comedidamente e de forma descoordenada; 2) gestores financeiros apostando em ganhos por meio de elevados *spreads*; 3) atuação desarticulada entre gestores políticos e gestores do capital produtivo, incapazes de assumirem o protagonismo na tentativa de reverter o quadro de atraso que caracteriza a economia brasileira.

Tal movimento veio acompanhado de uma certa recusa em se tratar, abertamente, os problemas centrais da economia contemporânea: superacumulação de capital, economia de soma-zero e queda da taxa de lucro. Na contramão disso, optou-se por apostar no impulso gerado pelo boom no preço internacional das commodities, ao mesmo tempo em que se ampliava o mercado consumidor interno. O resultado foi a manutenção da economia nacional como coadjuvante na corrida capitalista, num momento em que apenas os primeiros colocados conseguiam fugir dos efeitos danosos de uma economia de soma zero.

Dessa forma, encerrado o ciclo das commodities, a economia nacional entra numa espiral negativa que perdura até os dias atuais. No início dos anos 2010s, o que se viu foram

os gestores políticos do capital abrindo mão de uma reação contundente ao optarem por passar a bola (via desoneração tributária) aos gestores econômicos. Estes, extremamente apáticos, gradativamente reduzem investimentos produtivos, ampliam investimentos especulativos e alargam a parcela dos lucros distribuídos na forma de dividendos. Finalmente, em 2015, a atrofiada economia brasileira entra, resignadamente, numa das piores crises de sua história.

O ponto de destaque, portanto, é que ao longo do último ciclo econômico, os gestores do capital atuando no Brasil não conseguiram (na realidade, nem ao menos esboçaram) reverter o crônico atrofiamento da economia nacional. Contudo, num cenário econômico global cada vez mais estéril, essa passividade vem colocando a economia brasileira em dificuldades cada vez maiores (fases expansivas curtas e limitadas, fases declinantes longas e destrutivas). Antes mesmo de a economia entrar em novo colapso, diante da pandemia do Coronavírus, o ritmo de recuperação da economia nacional já era o mais lento da história nacional (VALOR ECONÔMICO, 2019a).

Nessa quadro, ainda que não pudemos deixar aqui evidenciado, devemos reter que tais condições restritivas se materializam principalmente em pioras nas condições de vida dos mais diversos extratos da sociedade (cf. ROBERTS, 2017a). Nessa linha, pudemos ao menos indicar como os rendimentos do trabalho aparecem apenas como uma, dentre uma cesta de variáveis, a serem consideradas pelos gestores do capital no delineamento das suas estratégias. Desse modo, enquanto os efeitos de um período de expansão econômica (como a vivida nos anos 2000) podem ser minimamente sentidos por grandes parcelas da sociedade; uma crise econômica, seguida de uma longa estagnação (como a que testemunhamos nos anos 2010), dificilmente deixa, intocada, alguma dessas parcelas.

Cabem, portanto, a futuras pesquisas avançar na reconstituição da teia decisório tecida nesses últimos anos e, principalmente, no contexto da pandemia; bem como nos reais efeitos que as ações dos gestores do capital têm tido sobre as condições de vida da imensa parcela da população brasileira (que é não mais do que refém dessas ações, enquanto submetidas à ordem capitalista).

REFERÊNCIAS

ANTIPIRATA X. Entrevista concedida por telefone (33 min.). Florianópolis, 2019.

ANTIPIRATA Y. Entrevista concedida por telefone (27 min.). Florianópolis, 2019.

ALLEN, Robert. The Movies in Vaudeville: Historical Context of the Movies as Popular Entertainment. In: BALIO, Tino; et al. **The American film industry**. Madison: The University of Wisconsin press, 1976.

ARRUDA, Ângela. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, A. S. P.; et al. **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Universitário UFPB, 2005

AZEVEDO, Reinaldo. Internet: o inferno das boas intenções de Eduardo Azeredo. **Veja**, 23 fev. 2007. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/internet-o-inferno-das-boas-intencoes-de-eduardo-azeredo/>>. Acesso em: 21 set. 2019.

BALIO, Tino. A Novelty Spawns Small Business, 1894-1908. In: BALIO, Tino; et al. **The American film industry**. Madison: The University of Wisconsin press, 1976.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Combate à Pirataria. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/combate-a-pirataria/historico>>. Acesso em 27 set. 2019.

CNCP. Ministério da Justiça. **I Relatório de atividades**. Brasília, 2005. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/combate-a-pirataria/relatorios>>. Acesso em: 21 out. 2019.

CNCP. Ministério da Justiça. **II Relatório de atividades**. Brasília, 2006. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/combate-a-pirataria/relatorios>>. Acesso em: 21 out. 2019.

CNCP. Ministério da Justiça. **III Relatório de atividades**. Brasília, 2006b. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/combate-a-pirataria/relatorios>>. Acesso em: 21 out. 2019.

CNCP. Ministério da Justiça. **Brasil Original – I Relatório de atividades**. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/combate-a-pirataria/relatorios>>. Acesso em: 21 out. 2019.

CNCP. Ministério da Justiça. **Brasil Original – II Relatório de atividades**. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/combate-a-pirataria/relatorios>>. Acesso em: 21 out. 2019.

CPI DA PIRATARIA. Câmara dos Deputados. **Relatório final**. Brasília, 2004. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/52-legislatura/cpipirat/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em 27 set. 2019

DEJEAN, Sylvain. What can we learn from empirical studies about piracy? **CESifo Economic Studies**, v. 55, n. 2, p. 326-352, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/cesifo/ifp006>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FERREIRA, Rodrigo Almeida. **O consumo cinéfilo e o prazer da raridade**, 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/2871>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FRAGOSO, Suely. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GUERREIRO RAMOS. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GIACCHETTA, André; ARANHA, Bruno. O plano nacional de combate à pirataria. **Migalhas**, 2005 Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/depeso/11122/o-plano-nacional-de-combate-a-pirataria>>. Acesso em 17 out. 2019

GONZAGA, Yuri. Desidratada, “Lei Azeredo” é aprovada em comissão da Câmara. **Folha SP**, 24 mai. 2012. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/tec/1095185-desidratada-lei-azeredo-e-aprovada-em-comissao-da-camara.shtml>>. Acesso em: 21 set. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

KINCHELOE, Joe. On the next level: continuing the conceptualization of the bricolage. **Qualitative Inquiry**, v. 11, n. 3, 2005. Disponível em: < <https://doi.org/10.1177/1077800405275056>> Acesso em: 22 nov. 2021.

LEGENDER A. Entrevista concedida por e-mail. Florianópolis, 2019.

LEGENDER B. Entrevista concedida por e-mail. Florianópolis, 2019.

LOWRY, Paul Benjamin; ZHANG, Jun; WU, Tailai. Nature or nurture? A meta-analysis of the factor that maximize the prediction of digital piracy by using social cognitive theory as a framework. **Computers in Human Behavior**, v. 68, p. 104-120, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.11.015>>. Acesso em: 27 out. 2018.

MA, Liye; MONTGOMERY, Alan; SINGH, Param; SMITH, Michel. An empirical analysis of the impact of pre-release movie piracy on box office revenue. **Information System Research**, v. 25, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://doi.org/10.1287/isre.2014.0530>>. Acesso em: 26/11/2020.

MARTINS, Paulo H. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 73, 2005. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/rccs/954>>. Acesso em: 01/12/2019.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MENEZES, Henrique Z. A estratégia Norte-Americana de fórum shifting para negociação de acordos TRIPS-plus com países da América Latina. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292015000200004>>. Acesso em: 18 nov. 2019

MONTORO FILHO, André Franco. O valor econômico do comportamento ético. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MOREIRA, Marcílio Marques (Coord.). **Cultura das transgressões no Brasil: lições da história**. São Paulo: iFHC, 2008?

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OAB/RJ. Bloqueio de sites e aplicativos, o desafio dos titulares de direitos autorais. **II Fórum do Direito Autoral e do Entretenimento**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PpQlj0B8FmU>>. Acesso em: 29 out. 2019.

PEITZ, Martin; WAELBROECK, Patrick. Piracy of digital products: a critical review of the theoretical literature. **Information Economics and Policy**, v. 18, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.infoecopol.2006.06.005>>. Acesso em: 26/11/2020.

PIRATA A. Entrevista concedida por áudios WhatsApp (49 min.). Florianópolis, 2019.

PIRATA B. Entrevista concedida por áudios WhatsApp (73 min.). Florianópolis, 2019.

PIRATA C. Projeto De Lei Sobre Crime Virtuais. **Fórum Avalon**, 25 mai. 2007. Disponível em: <indisponível para preservar o anonimato> Acesso em: 21 set. 2019

PIRATA D. Projeto De Lei Sobre Crime Virtuais. **Fórum Avalon**, 24 mai. 2007. Disponível em: <indisponível para preservar o anonimato> Acesso em: 21 set. 2019

PIRATA E. The Piratebay foi vendido. **Fórum Avalon**, 30 jun. 2009. Disponível em: <indisponível para preservar o anonimato> Acesso em: 01 out. 2019

PIRATA F. The Piratebay foi vendido. **Fórum Avalon**, 30 jun. 2009. Disponível em: <indisponível para preservar o anonimato> Acesso em: 01 out. 2019

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

RIBEIRO, Fabio O. Como azedar a proposta da Lei Azeredo. **Observatório da Imprensa**, 15 jul. 2008. Disponível em: < http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/como_azedar_a_proposta_da_lei_azeredo/>. Acesso em: 21 set. 2019.

SEZNEVA, Olga. Pirate cosmopolitics and the transnational consciousness of the entertainment industry. **Ethnic and Racial Studies**, v. 37, n. 12, p. 2226-2242, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01419870.2014.934256>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

SHADLEN, Kenneth. The politics of patents and drugs in Brazil and Mexico: the industrial bases of health policies. **Comparative politics**, v. 42, n. 1, p. 41-58, 2009. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27822291>>. Acesso em: 06/03/2021.

SMITH, Michael; TELANG, Rahul. Competing with free: the impact of movie broadcasts on DVD sales and internet piracy. **MIS Quarterly**, v. 33, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1028306>>. Acesso em: 26/11/2020.

SOBEL, Clifford. A legacy and a future. **Wikileaks**. Disponível em: < https://wikileaks.org/plusd/cables/06BRASILIA1859_a.html>. Acesso em 19 out. 2019.

STAIGER, Janet. In: BORDWELL, David, STAIGER, Janet, THOMPSON, Kristin, et al. **The classical Hollywood cinema: film style & mode of production to 1960**. Nova Iorque: Columbia university press, 1985.

SURERUS, Gustavo. OAB/RJ. **III seminário de propriedade intelectual e combate à pirataria**. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s2k9TKSH3f4>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

TROPA de elite. Direção José Padilha. Los Angeles: Universal Pictures, 2007. (118 min.)

VALÉRIO, Ygor. In: OAB/RJ. Bloqueio de sites e aplicativos, o desafio dos titulares de direitos autorais. **II Fórum do Direito Autoral e do Entretenimento**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PpQlj0B8FmU>>. Acesso em: 29 out. 2019.

_____. OAB/RJ. É possível acabar com a pirataria? **Seminário**. 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ya_1U1ETM8>. Acesso em: 31 out. 2019.

Submetido em 30/06/2021

Aprovado em 02/12/2021